

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 864.923 PERNAMBUCO

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : NILTON WANDERLEY DE SIQUEIRA
ADV.(A/S) : RAFAEL WANDERLEY DE SIQUEIRA ARAÚJO E
OUTRO(A/S)

DECISÃO:

O recurso extraordinário não pode ser provido, uma vez que não reúne condições para a sua admissibilidade.

Incide, no caso, o óbice da Súmula 279/STF.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator